

ÓRGÃO ESPECIAL

REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 0031189-35.2016.8.19.0000

REPTE: EXMO. SR. PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REPDO: EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REPDO: EXMO. SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RELATOR: DES. GABRIEL ZEFIRO

Representação de inconstitucionalidade ajuizada contra dispositivos da Lei Estadual nº 6.901/2014, que trata da contratação de pessoal por prazo determinado. Alegada ofensa ao artigo 77, II e XI da Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Parte da norma impugnada que emprega fórmulas genéricas e inespecíficas, sem descrever situações concretas passíveis de excepcionar a regra constitucional de ingresso no serviço público por concurso. Incisos IV e V, do § 1º, do artigo 2º que consideram possível a contratação temporária “*em decorrência de afastamento ou licença de servidores ocupantes de cargos permanentes*” e quando ocorrer “*número de servidores efetivos insuficiente para a continuidade dos serviços públicos essenciais*”. A insuficiência de pessoal é corriqueira e previsível, cabendo ao administrador planejar-se para ampliar o efetivo de servidores permanentes, por intermédio de concurso público (artigos 37, II, da Constituição Federal e 77, II, da Carta Estadual). As atividades de “*realização de campanhas de saúde pública*”; “*defesa do meio ambiente*”; “*auxiliares no sistema penitenciário*”; “*assistência à infância e adolescência*”; e “*tecnologia*

da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho” (artigo 2º, §1º, VIII, alíneas “b” a “f”, “h” e “i”) dizem respeito a serviços ordinários e permanentes do estado, o que inviabiliza a contratação temporária. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. As hipóteses de “*defesa agropecuária e ambiental, para atendimento de situações de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana*” e de “*temporadas artísticas de música ou dança*” (artigo 2º, §1º, VIII, alíneas “a” e “g”) são compatíveis com o texto constitucional, pois traduzem situações de interesse público tipicamente transitórias. Procedência parcial do pedido, com modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade (Artigo 108, § 2º do Regimento Interno).

ACÓRDÃO

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 0031189-35.2016.8.19.0000, em que é representante o EXMO. SR. PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e representado o EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e EXMO. SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

ACORDAM, por maioria de votos, os Desembargadores que compõem o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em **julgar procedente em parte o pedido**, nos termos do voto do Relator.

RELATÓRIO

Cuida-se de Representação de Inconstitucionalidade proposta pelo Procurador Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em que pretende a declaração de inconstitucionalidade de determinados trechos da Lei nº 6.901, de 2 de outubro de 2014, do Estado do Rio de Janeiro, que dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

A tese defendida pelo legitimado é de que alguns dos dispositivos da Lei 6.901/14 contrariam o artigo 77, *caput* e incisos II e XI, da Constituição Estadual e artigo 37, *caput* e incisos II e IX, da Constituição Federal, bem como se encontram em desacordo com diversos princípios constitucionais, porquanto excetua a regra geral para o ingresso no serviço público, que é a aprovação em concurso público, ao permitir a contratação temporária de pessoal através de normas que trazem indicações genéricas, amplas e abertas de atividades sem qualquer especificação do que consistiria o excepcional interesse público.

Não tendo sido veiculada pretensão liminar de suspensão da eficácia da norma, foi determinada a notificação da parte contrária e vista à Procuradoria de Justiça.

Informações prestadas às fls. 51/62, pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, em que defende a ausência de vícios de inconstitucionalidade na norma em debate.

Da mesma forma, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, através do ofício de fls. 67/72, sustenta a constitucionalidade da lei 6.901/14.

O Procurador Geral do Estado do Rio de Janeiro, às fls. 76/98, oficiou no sentido de que não se verifica inconstitucionalidade na Lei combatida, ressaltando, em síntese, que *“a simples previsão abstrata de contratação temporária para suprir carência de pessoal, enquanto pendente realização de concurso público para provimento de novos cargos criados por lei específica, igualmente não afronta o Texto Constitucional”*.

O Ministério Público ofereceu o parecer de fls. 102/114, opinando pela procedência do pedido.



Cuida-se de Representação de Inconstitucionalidade proposta pelo Procurador Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em que pretende a declaração de inconstitucionalidade da expressão *“ou que não justifique a criação ou provimento de cargos”*, constante no art. 2º, *caput*; da expressão *“e de emergência”*, prevista no art. 2º, § 1º, inciso I; da expressão *“e realização de campanhas de saúde pública”*, expressa no art. 2º, § 1º, inciso II; da expressão *“nas hipóteses previstas no inciso VIII do § 1º do art. 2º desta Lei”*, presente no art. 12, inciso VI; do art. 2º, § 1º, incisos III, IV, V, VIII, e, por força da regra do arrastamento, do art. 2º, § 3º, § 4º, § 5º, § 10, do art. 3º, § 3º, e do art. 5º, § 3º, todos da Lei nº 6.901, de 2 de outubro de 2014, do Estado do Rio de Janeiro, que dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

A Lei em referência tem a seguinte redação (as partes em debate nos presentes autos encontram-se destacadas em negrito):

“Art. 1º - Para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, os órgãos da Administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Rio de Janeiro poderão efetuar contratações de pessoal por tempo determinado, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, nas condições e nos prazos previstos nesta Lei.

§ 1º - Do contingente contratado, será obedecido, na forma da legislação estadual, o percentual destinado aos negros, aos índios e aos portadores de deficiência, desde que a deficiência seja compatível com a atividade a ser exercida.

§ 2º - Para as contratações a que se refere o caput, deverá o Poder Executivo diligenciar para que sejam observados critérios objetivos e impessoais de recrutamento, além de dar ampla divulgação de todas as fases do processo de seleção.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público aquela que, tendo duração determinada ou previsível, não possa ser satisfeita pela Administração Pública com os recursos de pessoal disponíveis no momento de sua ocorrência, *ou que não justifique a criação ou provimento de cargos.*

§ 1º Caracterizam-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as seguintes hipóteses:

I - assistência a situações de calamidade pública **e de emergência;**

II - combate a surtos endêmicos **e realização de campanhas de saúde pública;**

III - realização de grandes eventos;

IV - carência de pessoal em decorrência de afastamento ou licença de servidores ocupantes de cargos efetivos, quando o serviço público não puder ser desempenhado a contento com o quadro remanescente;

V - número de servidores efetivos insuficiente para a continuidade dos serviços públicos essenciais, desde que não haja candidatos aprovados em concurso público aptos à nomeação, ficando a duração dos contratos limitada ao provimento dos cargos mediante concurso público;

VI – admissão de professor substituto e professor visitante para instituições de ensino superior mantidas pelo Poder Executivo Estadual;

VII – admissão de professor e pesquisador visitante estrangeiro para as instituições de ensino superior mantidas pelo Poder Executivo Estadual; e

VIII - carência de pessoal para o desempenho de atividades sazonais ou emergenciais que não justifiquem a criação ou o provimento de cargos, especialmente:

a) as relacionadas à defesa agropecuária e ambiental, para atendimento de situações de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana;

b) as desenvolvidas no âmbito dos projetos específicos de defesa do meio ambiente;

c) as decorrentes de aumento desproporcional da demanda por serviços auxiliares no sistema penitenciário;

d) as decorrentes de aumento desproporcional dos serviços de assistência à infância e adolescência e atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei;

e) as que tenham por objeto técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos e convênios, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado a órgão ou entidade pública;

f) as que tenham por objeto serviços especializados de tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho, que se caracterizem como projetos específicos criados por prazo determinado; e

g) as que tenham por objeto a realização de temporadas artísticas de música ou dança.

h) as relacionadas às demandas decorrentes da expansão das instituições estaduais de educação profissional e tecnológica, respeitados os limites e as condições fixadas por Decreto do Executivo;

i) as relacionadas às demandas de formação profissional específica, decorrentes de necessidades regionais do Estado, por meio das instituições estaduais de educação profissional e tecnológica, respeitados os limites e as condições fixadas por Decreto do Executivo.

§ 2º - A necessidade temporária de excepcional interesse público deverá ser previamente declarada por Decreto do Executivo, observados os requisitos previstos no artigo 6º desta lei, de acordo com o respectivo processo administrativo que justifique as contratações temporárias.

§ 3º - Para os fins do inciso V do § 1º deste artigo, consideram-se serviços públicos essenciais aqueles que, assim declarados por Decreto do Executivo, sejam desenvolvidos nas áreas de saúde, defesa civil, educação, segurança pública, sistema penitenciário, assistência à infância e à adolescência, atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei, assistência social e direitos humanos e meio ambiente.

§ 4º É vedada a contratação temporária prevista no inciso V do §1º deste artigo para os casos de afastamento voluntário incentivado.

§5º No caso do inciso V do § 1º deste artigo, serão adotadas, após a contratação, as providências necessárias à realização do concurso público para provimento dos cargos, ressalvada a hipótese em que a contratação se der para suprir carência decorrente de pendência de processo admissional.

§ 6º O número total de professores e pesquisadores de que tratam os incisos VI e VII do §1º deste artigo não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total de docentes efetivos em exercício na instituição de ensino.

§ 7º A contratação de professor visitante e de professor visitante estrangeiro, de que tratam os incisos VI e VII do §1º deste artigo, tem por objetivo:

- I - apoiar a execução dos programas de pós-graduação stricto sensu;
- II - contribuir para o aprimoramento de programas de ensino, pesquisa e extensão;
- III - contribuir para a execução de programas de capacitação docente; ou
- IV - viabilizar o intercâmbio científico e tecnológico.

§ 8º A contratação de professor visitante e o professor visitante estrangeiro, de que tratam os incisos VI e VII do §1º deste artigo, deverão:

- I - atender a requisitos de titulação e competência profissional; ou
- II - ter reconhecido renome em sua área profissional, atestado por deliberação do Conselho Superior da instituição de ensino.

§ 9º São requisitos mínimos de titulação e competência profissional para a contratação de professor visitante ou de professor visitante estrangeiro, de que tratam os incisos VI e VII do §1º deste artigo:

- I - ser portador do título de doutor, no mínimo, há 2 (dois) anos;
- II - ser docente ou pesquisador de reconhecida competência em sua área; e
- III - ter produção científica relevante, preferencialmente nos últimos 5 (cinco) anos.

§ 10 - As contratações a que se referem as alíneas “e” e “f” do inciso VIII do §1º deste artigo serão vinculadas exclusivamente a projeto determinado, vedado o aproveitamento dos contratados para qualquer outro fim.

Art. 3º - A contratação de que trata esta Lei será feita mediante processo seletivo simplificado, após ampla divulgação prévia, inclusive no órgão oficial de imprensa do Estado, prescindindo de concurso público.

§ 1º - O Edital do processo seletivo simplificado deverá conter, no mínimo:

I - o objeto da contratação temporária, observadas as hipóteses previstas no art. 2º, § 1º, desta Lei;

II - o prazo de validade do processo seletivo simplificado;

III - o prazo de duração do contrato a ser celebrado, respeitado o prazo máximo previsto no art. 5º desta Lei;

IV - os critérios objetivos da seleção, os quais deverão estar expressos em cláusulas que explicitem os pressupostos mínimos de contratação, em consonância com a natureza e a complexidade da função a ser desempenhada;

V - o número de vagas a serem preenchidas;

VI - o percentual destinado aos negros, aos índios e aos portadores de deficiência, desde que a deficiência seja compatível com a atividade a ser exercida;

VII - a função e a carga horária;

VIII - a remuneração e as demais vantagens asseguradas aos contratados; e

IX - as etapas do processo de seleção e o respectivo calendário.

§ 2º - Os candidatos selecionados não terão direito adquirido à contratação, podendo ser convocados a qualquer tempo, observado o prazo de validade do processo seletivo simplificado e observada a ordem de classificação.

§ 3º - Para as situações de urgência, perigo público iminente e nas hipóteses dos incisos IV e V do §1º do artigo 2º, assim reconhecidas por Decreto do Executivo, poderá ser autorizada a realização de processo seletivo simplificado com base em simples análise curricular.

Art. 4º - As contratações de que trata esta Lei serão efetivadas mediante contrato administrativo.

Art. 5º - As contratações de que trata esta Lei serão feitas por tempo determinado, até o prazo de 02 (dois) anos, admitida a prorrogação dos contratos pelo prazo máximo de até 01 (um) ano.

§ 1º - O termo inicial do prazo previsto no caput é a data da publicação da homologação do resultado final do processo seletivo simplificado de que trata o artigo 3º desta Lei.

§ 2º - A prorrogação dos contratos temporários demanda a demonstração pormenorizada da manutenção da situação de necessidade temporária de excepcional interesse público que os originou, a autorização prévia do Governador do Estado no bojo do processo administrativo específico para tanto e a celebração de termo aditivo para cada contrato.

§3º - Excetua-se do prazo previsto no caput as contratações referidas nas alíneas “e” e “f” do inciso VIII do §1º do artigo 2º, que poderão vigorar pelo prazo de duração dos respectivos projetos e serviços.

Art. 6º - As contratações de que trata esta Lei somente poderão ser feitas com amparo de dotação orçamentária específica, mediante prévia autorização expressa do Governador do Estado, em procedimento administrativo específico, o qual conterà a justificação acerca da ocorrência das situações que as autorizam.

Art. 7º - É proibida a contratação, na forma desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

Parágrafo único - Excetua-se do disposto no caput a contratação de servidores enquadrados nas hipóteses previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, desde que comprovada a compatibilidade de horários.

Art. 8º - É vedado o desvio de função da pessoa contratada na forma desta Lei, sob pena de nulidade da contratação e responsabilidade administrativa e civil da autoridade contratante e do contratado.

Parágrafo único - Qualquer caso de violação ao disposto nesta Lei deverá ser comunicado pela autoridade competente no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da ciência do fato, ao Governador do Estado, ao Procurador-Geral do Estado e ao Procurador-Geral da Justiça, que adotarão as medidas cabíveis no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 9º - É vedado ao pessoal contratado nos termos desta Lei:
I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança; e

III - ser novamente contratado, pela Administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro, com fundamento no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, antes de decorridos 12 (doze) meses do encerramento de seu contrato anterior.

Parágrafo único - A inobservância do disposto neste artigo importará na nulidade do contrato, sem prejuízo da responsabilização administrativa das autoridades envolvidas e do contratado.

Art. 10 - Para fins disciplinares, aplicam-se aos contratados nos termos desta Lei os deveres e obrigações previstos no Decreto-Lei nº 220/75, devendo o respectivo procedimento sancionador ser concluído no prazo de trinta dias.

Art. 11 - Aos contratados na forma desta Lei são assegurados:

I - licença maternidade;

II - licença paternidade;

III - férias, inclusive proporcionais;

IV - 13º salário, inclusive proporcionais;

V - Adicional de periculosidade, desde que preenchidos os requisitos legais; e

VI - Adicional de insalubridade, desde que preenchidos os requisitos legais.

VII- Remuneração não inferior ao piso regional fixado em Lei Estadual, de acordo com a respectiva categoria.

Art. 12 - O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - por conveniência motivada da Administração Pública contratante;

IV - pelo cometimento de infração contratual ou legal por parte do contratado, apurada em regular processo administrativo;

V - no caso de ser ultimado, com nomeação de candidatos, o concurso público com vistas ao provimento de vagas correspondentes às funções desempenhadas pelos servidores contratados com base nesta Lei;

VI - pela extinção da situação ou conclusão do objeto, ***nas hipóteses previstas no inciso VIII do § 1º do art. 2º desta Lei;***

VII - nas hipóteses de o contratado:

a) ser convocado para serviço militar obrigatório, quando houver incompatibilidade de horário;

b) assumir mandato eletivo que implique afastamento do serviço.

VIII - se o contratado faltar ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de 12 meses, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença do contratado, cônjuge, ascendentes ou descendentes diretos, desde que devidamente comprovada;

IX- afastamento por motivo de doença do contratado por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos, e por doença do cônjuge, ascendentes ou descendentes diretos por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos.

Parágrafo único - A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento do correspondente a 1 (uma) vez o valor da remuneração mensal fixada no contrato, assim como no pagamento do 13º salário e férias proporcionais.

Art. 13 - As contratações temporárias em vigor serão regidas pelas disposições desta Lei, assegurando-se, quanto ao prazo total de vigência, o prazo de 5 (cinco) anos contados da respectiva celebração do contrato.

Art. 14 - A remuneração do servidor temporário não poderá ser inferior ao piso salarial regional.

Art. 15 - É vedada a contratação de cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do Governador, do Vice-Governador, de Secretários, de Subsecretários, de Diretores de Autarquias, Fundações e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista da Administração Indireta, de Deputados Estaduais e de Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para quaisquer serviços relativos aos contratos temporários de que trata esta lei.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários à execução do disposto nesta Lei.

Art. 17 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis nº 2.399, de 11 de maio de 1995, nº 2.701, de 17 de março de 1997, 2.873, de 19 de dezembro de 1997, nº 3.241, de 05 de agosto de 1999, nº 4.599, de 27 de setembro de 2005, e nº 5.490, de 25 de junho de 2009”.

O artigo 37, IX, da Constituição Federal dispõe que “***a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público***”.

Norma com idêntica redação, reproduzida no artigo 77, XI, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, serve como parâmetro para o controle de constitucionalidade a seguir exercido.

Cumprc verificar, portanto, se a lei impugnada prevê hipóteses de interesse público, capazes de excepcionar a regra do concurso para o ingresso no serviço público, prevista nos artigos 37, II, da Constituição Federal e 77, II, da Carta Estadual.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, “*para que se considere válida a contratação temporária, é preciso que: a) os casos excepcionais estejam previstos em lei; b) o prazo de contratação seja predeterminado; c) a necessidade seja temporária; d) o interesse público seja excepcional; e) a necessidade de contratação seja indispensável, sendo vedada a contratação para os serviços ordinários permanentes do Estado, e que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração*” (RE 658026/MG. Rel. Min. Dias Toffoli, j. 09.04.14)

A Lei Estadual 6901/2014 considera necessidade temporária de excepcional interesse público aquela “*que não justifique a criação ou provimento de cargos*” (artigo 2º, *caput*), além das hipóteses de “*emergência*” (art. 2º, § 1º, I); e de “*realização de grandes eventos*” (artigo 2º, § 1º, III). Veja-se que o legislador empregou fórmulas genéricas e inespecíficas, sem apontar situações concretas de necessidade temporária, em verdadeira burla a regra constitucional da obrigatoriedade do concurso público.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal, em recente julgado, declarou inconstitucional o artigo 264, VI, da Lei Complementar 4/90 do Estado do Mato Grosso, segundo o qual “*consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a atender as outras situações motivadamente de urgência*”. Segundo o Relator, Ministro Marco Aurélio, a aludida norma contém “*carta em branco*” para contratações por tempo determinado, sem especificar as situações de urgência (ADI 3662, j. 23.03.2017).

O artigo 2º, § 1º, II, da norma aqui impugnada prevê a possibilidade de contratação temporária para a “**realização de campanhas de saúde pública**”. Ocorre que a saúde é direito subjetivo público de todos e dever permanente do Estado, o que afasta a excepcionalidade exigida pelo texto constitucional.

Por outro lado, os incisos IV e V, do § 1º, do artigo 2º, consideram possível a contratação temporária “**em decorrência de afastamento ou licença de servidores ocupantes de cargos permanentes**” e quando ocorrer “**número de servidores efetivos insuficiente para a continuidade dos serviços públicos essenciais, desde que não haja candidatos aprovados em concurso público aptos à nomeação, ficando a duração dos contratos limitada ao provimento dos cargos mediante concurso público**”.

Ora, a impossibilidade de “**desempenho a contento**” dos serviços públicos com o “**quadro remanescente**” não justifica a contratação temporária, pois a insuficiência de pessoal, decorrente afastamentos e licenças, é corriqueira e previsível. Consequentemente, cabe ao administrador ampliar o efetivo de servidores permanentes, por intermédio de concurso público.

No tocante ao artigo 2º, § 1º, VIII, impõe-se a análise das hipóteses elencadas nas alíneas “a” a “i”, para o fim de verificar se, de fato, refletem “**atividades sazonais ou emergenciais que não justifiquem a criação ou o provimento de cargos**”.

O caso de contratação temporária destinada “**à defesa agropecuária e ambiental, para atendimento de situações de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana**” (alínea “a”) caracteriza inegável necessidade momentânea de excepcional interesse público, que se assemelha à hipótese de “**combate a surtos endêmicos**”, previsto no artigo 2º, §1º, II, cuja constitucionalidade sequer foi questionada na presente ação.

As atividades *“desenvolvidas no âmbito dos projetos específicos de defesa do meio ambiente”* (alínea “b”); *“decorrentes de aumento desproporcional da demanda por serviços auxiliares no sistema penitenciário”* (alínea “c”); e *“decorrentes de aumento desproporcional dos serviços de assistência à infância e adolescência e atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei”* (alínea “d”), dizem respeito a serviços ordinários e permanentes do Estado, que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração.

As atividades que tenham por objeto *“técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos e convênios, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado a órgão ou entidade pública* (alínea “e”); e *“serviços especializados de tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho, que se caracterizem como projetos específicos criados por prazo determinado”* (alínea “f”) igualmente referem-se a atribuições científicas e tecnológicas permanentes do Estado.

Já a *“realização de temporadas artísticas de música ou dança”* (alínea “g”), como o próprio enunciado indica, contempla hipótese excepcional, de duração limitada e inequívoco interesse público, pois é atribuição do estado fomentar e difundir as manifestações culturais no seio da sociedade.

Nesse ponto, é pertinente traçar um paralelo com o artigo 25, III, da Lei 8666/93 que, excepcionando a regra da obrigatoriedade da licitação, considera inviável a competição *“para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”*.

Por derradeiro, as hipóteses das alíneas “h” e “i” (*“expansão das instituições estaduais de educação profissional e tecnológica” e “formação profissional específica, decorrentes de necessidades regionais do Estado, por meio das instituições estaduais de educação profissional e tecnológica”*) referem-se ao dever estatal permanente de prestar serviços de educação, não configurando excepcionalidade capaz de dispensar a realização de concurso público.

Os artigos 2º, §§ 3º, 4º, 5º e 10º; 3º, § 3º e 5º, §3º, todos da Lei Estadual 6901/2014, não têm conteúdo normativo próprio e remetem diretamente à aplicação dos dispositivos ora declarados inconstitucionais. Consequentemente, devem também ser invalidados, por arrastamento.

Em regra, o ato normativo incompatível com a Constituição padece de invalidade desde a sua edição, daí porque o julgamento que declara esse vício tem efeitos retroativos (*ex tunc*).

No entanto, o artigo 108, § 2º do Regimento Interno dispõe que *“ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o órgão especial, por maio de 2/3 de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir do trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado”*.

Cuida-se de regra regimental aplicável ao presente caso, pois a lei impugnada foi editada em outubro de 2014 e, desde então, serve de fundamento para as contratações temporárias de pessoal do bojo da administração estadual. Nesse contexto fático e jurídico, afigura-se adequado, em atenção à segurança jurídica e à continuidade dos serviços públicos, modular os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, para permitir que o administrador adote as medidas necessárias ao cumprimento do julgado.

Ante o exposto, julgo procedente em parte o pedido para declarar inconstitucionais, com efeitos *ex nunc* (a contar do trânsito em julgado), os seguintes dispositivos da Lei Estadual 6901/2014: 1) a expressão “*ou que não justifique a criação ou provimento de cargos*”, na parte final do artigo 2º, *caput*; 2) a expressão “*e de emergência*”, na parte final do artigo 2º, I; 3) a expressão “*e realização de campanhas de saúde pública*”, na parte final do artigo 2º, § 1º, II; 4) os incisos III, IV e V, do § 1º, do artigo 2º; 5) as alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “h”, do inciso VIII, do § 1º, do artigo 2º; 6) por arrastamento, o artigo 2º, §§ 3º, 4º, 5º e 10º; artigo 3º, § 3º e artigo 5º, §3º.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2017.

RELATOR
DES. GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO